RESOLUÇÃO Nº 02/2018

Dispõe sobre o reajuste de vencimentos dos servidores ativos, proventos de aposentadorias e bolsas-auxílio dos estagiários da Câmara Municipal de Itaúna.

Faço saber, que a Câmara Municipal de Itaúna aprovou e eu, Márcio Gonçalves Pinto, Presidente, promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica concedido, observado o que determina o **inciso X do artigo 37 da Constituição Federal,** o **reajuste de 5% (cinco por cento),** sobre os vencimentos dos servidores ativos, proventos de aposentadorias e bolsas-auxílio dos estagiários da Câmara Municipal de Itaúna.

Art. 2º As despesas decorrentes desta **RESOLUÇÃO** correrão por conta de dotações próprias do orçamento da Câmara Municipal de Itaúna.

Art 3º Revogadas as disposições em contrário, esta **RESOLUÇÃO** entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos pecuniários retroativos a 1º de janeiro de 2018.

Sala de Sessões, em 23 de janeiro de 2018

Márcio Gonçalves Pinto
Presidente

Giordane Alberto Carvalho
Vice-Presidente

Antônio José de Faria Júnior
Secretário

JUSTIFICATIVA

O reajuste de 5% (dez por cento) previsto no presente Projeto de Resolução e que ora se pretende conceder aos servidores ativos e inativos do Poder Legislativo Itaunense, bem como aos seus estagiários, visa propiciar a devida e obrigatória atualização dos seus vencimentos em conformidade com a legislação que versa sobre a revisão salarial anual.

Ainda que esta Mesa Diretora quisesse conceder um reajuste condizente com a capacidade e dedicação dos servidores da Câmara, a proposta concede, como ocorre tradicionalmente no âmbito do Legislativo Itaunense, um ganho real, ou seja, acima da inflação do período, da ordem de 2%, o que pode parecer pouco, mas diante das circunstâncias, é o possível no momento.

O presente Projeto de Resolução encontra-se de acordo com os dispositivos legais em vigor, especificamente o “inciso X do artigo 37 da Constituição Federal/88”.

Sala de Sessões, em 23 de janeiro de 2018

Márcio Gonçalves Pinto
Presidente

Giordane Alberto Carvalho
Vice-Presidente

Antônio José de Faria Júnior
Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA
Contabilidade
Estimativa de Impacto Orçamentário – Financeiro – Poder Legislativo (nos termos do art. 16 da Lei nº 101/2000)

Objeto: REAJUSTE SALARIAL GERAL ANUAL		
Início da Vigência: Janeiro/2018	Término: Indeterminado – Despesa continuada	
ESTIMATIVA DA DESPESA		
A)	Receita corrente Líquida prevista para 2018	264.024.000,00
B)	Despesa com pessoal nos últimos 12 meses base dezembro/2017 (Inclui: remuneração e vantagens, obrigações patronais, subsídios e outros benefícios)	5.794.306,87
C)	Aumento anual da despesa com pessoal com reajuste de 5% para servidores municipais	209.034,78
D)	Aumento anual da Despesa com pessoal com reajuste de 2,0669% para Agentes Políticos	33.703,44
E)	Total do aumento proposto para despesas com pessoal do Poder Legislativo (C + D)	242.738,22
F)	Percentual de impacto da nova despesa nos gastos com pessoal (E/A)	0,092%
G)	Valor total da despesa com pessoal após os reajustes propostos (B + E)	6.037.045,09
H)	Percentual de gastos com pessoal projetado para 2018 considerando a nova despesa (G/A)	2,28%

ANO	Receita Corrente Liquida Projetada A	Total da Despesa Projetada B	% Gastos c/Pessoal C(B/A)
2019	277.225.200,00	6.338.897,34	2,28%
2020	291.086.460,00	6.655.842,21	2,28%

- ✓ Os dados de 2017 foram extraídos dos registros contábeis;
- ✓ Para projeção de 2019 e 2020 utilizamos os dados atuais com acréscimo de 5%;
- ✓ O percentual limite para "Gastos com Pessoal" para o Poder Legislativo estipulado pela LC 101/00 é de 6%;
- ✓ O limite prudencial corresponde a 95% do limite máximo de Gastos com Pessoal (6%), ou seja, 5,7%;
- ✓ Observa-se que a presente proposta não causará impacto de modo a comprometer o limite máximo de Gastos com Pessoal do Poder Legislativo estipulado pela LC 101/00.

Em 22 de janeiro de 2018.

MAURÍCIO JOSÉ CABANELAS DA SILVA
Gerente Administrativo e Financeiro

JOSIANE N S CARVALHO
Assessora Contábil

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

O Presidente da Comissão de Justiça e Redação, vereador Hudson Bernardes, avoca para si a relatoria na apreciação do Projeto de Resolução 02/2018, da Mesa Diretora, que "*Dispõe sobre o reajuste de vencimentos dos servidores ativos, proventos de aposentadorias e bolsas-auxílio dos estagiários da Câmara Municipal de Itaúna.*".

RELATÓRIO

O objetivo do referido projeto é dispor sobre o reajuste de vencimentos dos servidores desta Casa Legislativa. Desta forma, passo a emissão do voto.

VOTO DO RELATOR:

Após a análise do referido projeto este relator entende que o mesmo encontra-se dentro da correta técnica legislativa, por tanto, sou pela apreciação da presente proposição pelo Plenário.

Sala das Sessões, 23 de janeiro de 2018.

Hudson Bernardes
Presidente da Comissão

Acompanham o voto do relator os demais Edis componentes da referida comissão:

Anselmo Fabiano Santos
Membro

Joel Márcio Arruda
Membro

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
RELATÓRIO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 02/2018

Joel Márcio Arruda

Relator da Comissão

Tendo esta Comissão, recebido na data de 23/01/2018, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, a remessa do **Projeto de Resolução nº 02/2018** advindo da mesa diretora dessa Casa Legislativa, que "Dispõe sobre o reajuste de vencimentos dos servidores ativos, proventos de aposentadorias e bolsas-auxílio dos estagiários da Câmara Municipal de Itaúna", e tendo avocado para si a relatoria da matéria em apreço, passo a expor as seguintes considerações:

O projeto mencionado, objetiva a conceder aos servidores ativos e inativos do Poder Legislativo, reajuste de 5% (cinco por cento) sobre os vencimentos surtindo seus efeitos pecuniários retroativos a 1º de Janeiro de 2018.

Preliminarmente, cumpre mencionar que a referida matéria é de competência privativa da Câmara Municipal, consoante disposto no art. 21, inciso IV do Regimento Interno, pelo que a proposta em voga atende os preceitos legais e constitucionais, não havendo desta feita, óbices a sua regular tramitação, como demonstrado pela Comissão de Justiça e Redação.

O artigo 37, inciso X, da Constituição da República determina que a remuneração dos servidores sofra revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

O artigo 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal determina que todo aumento de vencimentos de servidor será nulo de pleno direito se não atender aos seguintes requisitos: i – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; ii – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Todos os requisitos legais supramencionados foram respeitados, pelo que a nosso sentir, não há em matéria orçamentária financeira nenhum empecilho na tramitação e aprovação da proposta em exame, não importando assim, em qualquer redução ou majoração orçamentária que não tenha sido previamente previstas na elaboração das, leis orçamentárias aprovadas por essa casa.

Releva mencionar que a proposta de reajuste dos vencimentos e proventos dos servidores observa o princípio da razoabilidade e não importa em aumento salarial, ato

discricionário que decorre de uma decisão administrativa, é sim o cumprimento de um mandamento constitucional que resguarda os servidores do poder público, inclusive do legislativo, de terem seus vencimentos compatíveis com os serviços prestados e resguardados dos efeitos perversos da inflação.

De grande valia mencionar que os servidores não possuem a mesma autonomia de negociação com seus empregadores como os trabalhadores da iniciativa privada, daí a importância da garantia constitucional de terem seus vencimentos revistos anualmente, mantendo os patamares remuneratórios.

O Supremo já assentou que "a correção monetária não se constitui em um plus, não é uma penalidade, mas mera reposição do valor real da moeda corroída pela inflação" – Agravo Regimental na Ação Cível Originária nº 404, da relatoria do Ministro Maurício Corrêa.

A teor do preconizado, entendemos que o Projeto de Lei em apreço, está instruído com a documentação necessária, e encontra-se elaborado dentro da correta técnica legislativa, atendendo ao que estabelece o art.60, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Feitas as considerações acima, conclui-se:

VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, e após analisar o Projeto de Resolução em questão, entendo que a matéria encontra-se elaborada em conformidade com as Normas Legais e Regimentais atinentes à espécie, e dentro da correta técnica legislativa, tem amparo legal e constitucional, deste Legislativo, estará apta a ser apreciada pelo plenário desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões, 25 de Janeiro de 2018.

_____

Joel Márcio Arruda

Relator

Acompanham o Voto do Relator os demais membros da Comissão:

Hudson Bernardes — *Membro*

Gleison Fernandes — *Membro*